

Marina Moreira Talini

DE RIO-92 A RIO+20 :

Como Brasil e França enfrentam os dois desafios globais : clima e
biodiversidade?

Monografia apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Especialista em Relações Internacionais
pela Universidade de Brasília

Universidade de Brasília

Orientador : Ana Flávia Barros-Platiau

Brasília

2012

RESUMO

Brasil e França são dois dos maiores global players ambientais da atualidade. Traçando seus perfis, pode-se ver como estes influenciam em suas políticas públicas na área ambiental, principalmente face aos dois desafios globais: clima e biodiversidade. De um lado tem-se a França, que está enfrentando a crise do seu bloco econômico, que no momento apresenta alta taxa de desemprego principalmente entre os jovens, e cuja economia está desaquecida. Ela é signatária dos maiores tratados ambientais e um dos países que mais contribuiu para a diminuição das emissões de gases com efeito estufa e para a preservação da biodiversidade. Do outro lado, o Brasil, um país de extrema desigualdade social, mas com uma economia superaquecida, também signatário dos tratados mais importantes da área e que defende medidas ambientais nas reuniões ambientais mundiais, mas que não consegue agir com rigidez dentro do seu próprio território. Com a aproximação da Rio+20, a França precisa manter seus bons índices, e ajudar os países do seu bloco. O Brasil precisa resolver os principais problemas internos que o impedem de agir de forma efetiva e condizente com seus discursos, integrando definitivamente o conceito de desenvolvimento sustentável às suas políticas públicas.

Palavras-chave: Perfil Brasil e França. Políticas climáticas. Políticas de biodiversidade.

ABSTRACT

Brazil and France are currently two of the greatest environmental global players. Outlining its profiles, it can be observed the influence it has in their environmental issues policies, especially if considering the two global challenges: climate and biodiversity. On the one hand, France is facing the crisis of its economic bloc, which currently has a high rate of unemployment especially among youth people, and whose economy is sluggish. France is a signatory of the major environmental agreements and one of the countries that contributed the most to reduce emissions of greenhouse gases and the preservation of biodiversity. On the other hand, Brazil is a country of huge social inequality, but with an overheated economy, also a signatory of the most important agreements in the issue and which defends environmental measures in the global environmental meetings, but cannot act with stiffness in its own territory. With the forthcoming of the Rio+20, France needs to maintain its good rates and help the countries of its bloc. Brazil needs to solve the main internal problems that prevent it from acting effectively and suitable to its speeches, definitely integrating the concept of sustainable development into its public policies.

Keywords: Profile Brazil and France. Climate policies. Biodiversity policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	OS PERFIS DO BRASIL E DA FRANÇA.....	7
2.1	Brasil.....	7
2.1.1	<i>Economia.....</i>	11
2.1.2	<i>Meio ambiente.....</i>	12
2.1.3	<i>Política global.....</i>	13
2.1.4	<i>Institucional.....</i>	14
2.2	França.....	14
2.2.1	<i>Economia.....</i>	17
2.2.2	<i>Meio ambiente.....</i>	18
2.2.3	<i>Política global.....</i>	19
2.2.4	<i>Institucional.....</i>	21
3	PRIMEIRO DESAFIO GLOBAL: CLIMA.....	22
4	SEGUNDO DESAFIO GLOBAL: BIODIVERSIDADE.....	30
5	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

Com vistas aos últimos preparativos para a Conferência Rio+20, Brasil e França trabalham para mostrarem o que de melhor fizeram. De um lado, o país sede da Conferência, com um governo novo que quer mostrar que o país cresceu muito nos últimos 20 anos e que tem vontade de conhecimento, tecnologia e crescimento cada vez maior. O governo brasileiro está apostando todas suas fichas nesta Conferência: sua chance de mostrar ao mundo que o Brasil exerce um papel primordial no mundo globalizado atual, e que não é mais apenas um país em desenvolvimento, é um dos países emergentes mais importantes da atualidade quer ter voz no novo multilateralismo ambiental; um país que quer mostrar muito mais do que “apenas” a 6ª economia mundial, e que está preocupado também com o futuro global do planeta. Do outro lado, um país desenvolvido, que já foi fonte de influências culturais, tecnológicas e econômicas. Um país que quer tentar ser forte face à crise que está desestabilizando a União Europeia, que é um dos líderes desta Comunidade, e que tem força para superar essa crise, sem deixar de ajudar seus vizinhos, um país com tantas influências ambientais positivas, principalmente para o Brasil.

Este projeto abordará as políticas públicas adotadas e aplicadas por duas grandes potências atuais, Brasil – potência emergente, com uma economia aquecida, e França – país desenvolvido, com uma economia estremeçada; tendo como foco a maneira com que estes dois países enfrentam dois dos maiores desafios globais da atualidade: clima e biodiversidade. Através do perfil traçado para eles, será possível comparar e analisar como são essas políticas e o que aproxima e afasta estes dois países quando o tema é meio ambiente e desenvolvimento.

O projeto analisará as evoluções dos dois países no cenário mundial e no que tange as políticas públicas ambientais, desde a Rio-92, até fim de 2011, aproximando-se a Rio+20.

A pesquisa tem por objetivo mostrar as contradições em discursos políticos, políticas públicas aplicadas, e como o perfil de cada país pode contribuir para explicá-las. Ambiciona também analisar como cada um trata os temas clima e

biodiversidade, cada vez mais recorrentes nas pautas das conferências, cúpulas e reuniões mundiais.

A pergunta a que se pretende responder é: qual o perfil do Brasil e da França e em que medida este perfil influencia suas respectivas participações na política ambiental global nas vésperas da Rio+20? Teríamos a seguinte hipótese: o Brasil é *sui generis* por ser socialmente desigual, uma potência econômica, rico e de extrema pobreza. A França, em contrapartida, já foi uma potência mundial, mas atualmente é uma potência média e em decadência em termos de poder, mas muito importante em termos de Política Ambiental Global. Por outro lado, mesmo economicamente em ascensão, o perfil do Brasil limita sua atuação na política ambiental global, ao passo que o perfil francês permite uma atuação maior e mais equitativa.

O Brasil se tornou um dos países mais importantes da atualidade em termos de negociação, influência junto aos países em desenvolvimento, cooperação, economia, para mencionar apenas alguns pontos. Com isso, vem crescendo o interesse dos países desenvolvidos pelo Brasil, e não podia ser diferente com a França. Às vésperas da Conferência de Rio+20, é interessante analisar como a política ambiental desses países caminhou até aqui, e como o perfil de cada um, mesmo que mudando ao longo dos anos, influencia na aplicação destas dentro de seu próprio país.

No primeiro capítulo, será traçado o perfil dos dois países, analisando os aspectos políticos, ambientais, políticas globais e institucionais. Os perfis servirão de base para analisar as políticas ambientais de cada país no campo do clima e no campo da biodiversidade.

O segundo capítulo analisará o Brasil e a França face ao desafio global do clima, usando um quadro comparativo e analisando o histórico de cada país. E a mesma coisa será feita no terceiro capítulo, mas analisando os dois países frente à biodiversidade.

2 OS PERFIS DO BRASIL E DA FRANÇA

2.1 Brasil

O Brasil é um dos maiores países do mundo em termos de território com 8.514.877km², e um dos países mais populosos do mundo com uma população estimada em 192.376.496 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE para 2011.

No entanto, o Brasil não apresenta uma homogeneidade ao longo de todo esse território e para todos os seus mais de 190 milhões de habitantes. Quando analisamos a população brasileira, sua condição de vida, acesso a recursos básicos e poder aquisitivo, podemos ver que dentro do Brasil existem “dois Brasils”: uma pequena parte que detém a maior parte da riqueza e do poder, extremamente rica; e uma maioria muito pobre, sem acesso a recursos básicos como educação de qualidade, saneamento básico, saúde, moradia, etc.

De acordo com o site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil ocupa a 84^a posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia dados como a expectativa de vida, renda média e escolaridade. Este é um índice considerado de desenvolvimento humano elevado, e atrás da maioria dos países vizinhos como Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela e Equador (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010).

O Brasil é um país de contrastes: um país cada vez mais forte economicamente, um global player cada vez mais importante, mas com níveis sociais muito precários.

Em fato, o Brasil subiu apenas uma posição no ranking do IDH desde o relatório do PNUD de 2010 para 2011, sendo que visto sua importância atual, o país deveria apresentar índices que avaliam a qualidade de vida de seus cidadãos muito mais elevados, o que mostra que a minoria rica e detentora do poder político, na maioria das vezes, continua investindo mais em aumentar seu capital do que em melhorar as condições de vida da população. Um bom exemplo é a questão do lixo. O Brasil não tem um sistema de reciclagem adequado, que dê conta de todo o lixo produzido no país e, muitas vezes, o governo não cuida do lixo produzido como

deveria, deixando-o se acumular em lixões que ameaçam as comunidades pobres. É o caso, por exemplo, do lixão perto da Via Estrutural em Brasília, que está lá há 40 anos (a cidade tem 52 anos).

Podemos dizer que a desigualdade social no Brasil deforma suas políticas públicas. A melhor explicação para tal afirmativa é, primeiramente, explicar que uma política pública é uma iniciativa que deve abranger o conjunto da sociedade. Independente do nível socioeconômico dos cidadãos, todos têm direito a ensino público de qualidade, saúde pública, moradia, dentre outros direitos básicos.

Entretanto, é difícil se pensar em soluções amplas quando se tem tanta desigualdade. Em primeiro lugar, essas políticas são pensadas, prioritariamente, para a população de baixa renda, e não para toda a sociedade, tanto por falta de recursos como pelo apelo demagógico. Com isso, e graças à necessidade dessa parcela da sociedade, as políticas públicas não são aplicadas com um padrão de qualidade aceitável. Como prova disso, é possível, por exemplo, comparar a diferença entre as escolas públicas do plano piloto e as situadas nas cidades satélites. Estas diferenças existem porque a classe média, mais instruída, exige e faz cobranças. Já para a população mais pobre, o importante é a criança estar na escola, e, principalmente, garantir pelo menos duas refeições no dia.

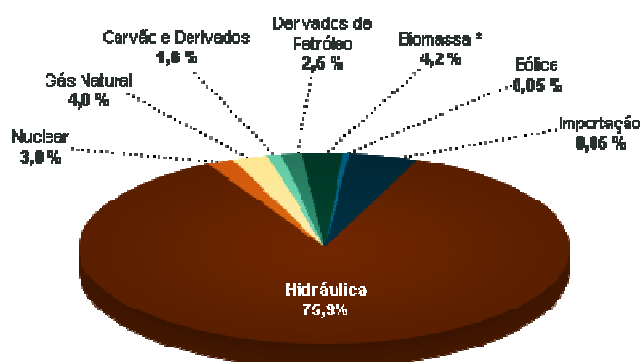
Em segundo lugar, alguns governantes desviam recursos de políticas públicas (cujo universo é toda a sociedade) para iniciativas assistencialistas (cestas básicas, vale gás, vale leite, etc), voltadas ao segmento da população que garante sua permanência no poder. Como dinheiro público não se multiplica e é limitado (por isso se chama recurso), seu uso em política assistencialista compromete o uso em políticas públicas. Por outro lado, a promoção de políticas públicas de qualidade exige coisas que o Brasil não tem: um Estado forte, com estrutura profissionalizada, assim como uma política tributária igualitária. Esses fatores também atrapalham a implementação de políticas públicas. A maior parte dos tributos vem da porção assalariada da população, porque é mais passível de fiscalização. No entanto, o total arrecadado não corresponde às necessidades do país, e os setores que poderiam contribuir mais não o querem e detém a força política necessária para travar as reformas. Não estamos aqui julgando se políticas assistencialistas são ou não corretas, afinal ninguém quer ver a população morrendo de fome, ou não indo à

escola. Mas, estas devem ser temporárias, apenas o tempo para a política pública ser implementada, para dar a base necessária à população, para que ela não dependa mais de “esmola”, isto é, políticas que as tornam eternamente dependentes no lugar de políticas emancipatórias.

Outro aspecto importante no perfil do Brasil é sua matriz energética limpa, porque usa recursos naturais renováveis, em sua grande maioria (água, energia eólica em grande crescimento, gás, biodiesel, etc); tenta-se evitar o uso de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica. Além disso, o uso de energia nuclear no Brasil ainda é muito pequeno.

A infraestrutura da matriz energética brasileira ainda não é a ideal, com alguns problemas de geração e abastecimento de energia, apesar do aumento nos investimentos por parte do governo federal.

A figura a seguir mostra bem como se define a matriz energética do Brasil, aproveitando ao máximo seus recursos naturais e renováveis:



Nota

* Incluir lenha, bagaço de cana-de-açúcar, lúvia e outras recuperações.

Fonte: <<http://www.cop15.gov.br/pt-BR/indexe293.html?page=panorama/matriz-energetica-limpa>>. Acesso em 08 fev. 2012

É de suma importância abordar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), compromisso firmado pelos países da ONU em 2000, como meta para 2015. Ao todo são 8 ODMs: i) erradicar a extrema pobreza e a fome, ii) atingir o ensino básico universal, iii) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, iv) reduzir a mortalidade na infância, v) melhorar a saúde materna, vi)

combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, vii) garantir a sustentabilidade ambiental e viii) estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Conforme uma reportagem de 25 de março de 2010 no site do PNUD, o Brasil alcançou o primeiro ODM integralmente, assim como o sexto. As maiores dificuldades do Brasil permanecem no saneamento, na mortalidade materna e em alguns indicadores de desigualdade entre os sexos. A coordenadora-residente interina da ONU no Brasil, Marie Pierre Poirier, indica na reportagem que além de ter alcançado ótimos resultados, o Brasil aparece como líder em muitas áreas. Mas, os avanços do país são desiguais, haja visto nossa dificuldade em avançar em algumas metas e objetivos. O maior desafio, segundo Poirier, “é transformar os ODM em uma realidade efetiva para todos e todas”. (POIRIER apud BRANT, 2010).

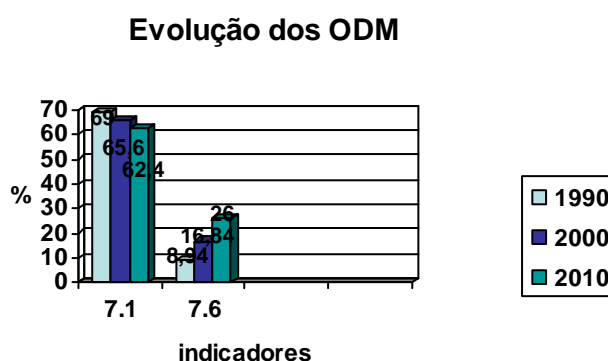
O objetivo 7 é o mais importante para este trabalho e é por isto que nos ateremos a ele. Em relação a este objetivo, o site do PNUD afirma que

O país reduziu o índice de desmatamento, o consumo de gases que provocam o buraco na camada de ozônio e aumentou sua eficiência energética com o maior uso de fontes renováveis de energia. Acesso à água potável deve ser universalizado, mas a meta de melhorar condições de moradia e saneamento básico ainda depende dos investimentos a serem realizados e das prioridades adotadas pelo país. A estimativa é de que o Brasil cumpra, na média nacional, todos os 8 Objetivos do Milênio, incluindo o ODM 7. Mas o ODM 7 é considerado por muitos como um dos mais complexos para o país, principalmente na questão de acesso aos serviços de saneamento básico em regiões remotas e nas zonas rurais. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_7/ . Acesso em 02 mar. 2012).

Dentro de cada objetivo, temos as metas a serem alcançadas e, dentro de cada meta, os indicadores. Dentro das metas, cabe destacar a meta 7A que é integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais. Dentro dela, destacam-se os indicadores 7.1 (proporção de áreas terrestres cobertas por florestas), 7.2 (emissão de gás carbônico per capita) e 7.3 (consumo de substâncias que degradam a camada de ozônio); assim como a meta 7B que é reduzir a perda de diversidade biológica e alcançar, até 2010,

uma redução significativa na taxa de perda e seu indicador 7.6 (proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas).

O Brasil tem se esforçado para alcançar todas as metas dos ODMs até 2015. Como podemos ver no gráfico abaixo, não se conseguiu aumentar a proporção de áreas terrestres cobertas por florestas, o que fica como um indicador a ser pensado e trabalhado para reverter esse declínio ao longo dos anos. Já no indicador 7.6 também ilustrado pelo gráfico, mais do que triplicou sua porcentagem de áreas marinhas e terrestres protegidas¹, o que mostra que mesmo não tendo melhorado um indicador, ele está tentando manter sua política ambiental firme e seus esforços para atingir as metas estabelecidas. Mas, o país mantém algumas dificuldades ainda em adequar seu discurso às suas práticas. Além do indicador 7.6 que melhorou ao longo dos anos, apenas o 7.3 também teve êxito, conforme indica o site do PNUD. Já o indicador 7.2 não conseguiu reverter seus números, assim como o 7.1. Entretanto, o país tem mostrado vontade de melhorar e ser um líder nas políticas ambientais globais.



Fonte: Site do PNUD (última atualização: 22 de julho de 2011)

2.1.1 Economia

O Brasil é um país emergente, e um dos mais importantes no mundo globalizado atual. O grupo dos principais países emergentes, os BRICS, dentre os quais se encontra o Brasil - além de Rússia, Índia, China e África do Sul -, tem tido um crescimento econômico vertiginoso, mais elevado do que os países considerados

¹ Porém tais áreas muitas vezes não dispõem dos recursos financeiros e humanos necessários.

desenvolvidos, e com isso tem ganhado mais força, voz e influência no cenário mundial, além de maior capacidade de interlocução em diferentes tabuleiros multilaterais. Pela primeira vez, em 2009, o Brasil passou de devedor a credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, portanto, credor da comunidade internacional.

Recentemente, foi divulgado pelo Centro de Pesquisa Econômica e Empresarial (CEBR) que o Brasil ultrapassou o Reino Unido e ocupa agora o lugar de 6ª economia mundial, com uma economia que cresceu 2,7% em 2011 e um PIB (Produto Interno Bruto) total de R\$ 4,143 trilhões. (Revista Exame. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-cresce-2-7-em-2011-e-se-consolida-como-6a-economia-mundial>>. Acesso em: 12 mar. 2012).

O Brasil é um país que conta com enormes recursos naturais, indústrias em ascensão e uma política que atrai muitos investidores. Mas o Brasil ainda precisa melhorar alguns setores da sua indústria, para aumentar a competitividade e diminuir custos, principalmente aqueles relativos à infraestrutura, a fim de manter a economia aquecida, pois em 2010 o crescimento da economia foi de 7,5%, muito superior ao crescimento mostrado em 2011, e isso se deve, principalmente, a esses fatores.

O maior desafio do Brasil na atualidade é continuar forte economicamente, atraindo investimentos e abrindo portas em outros países, para conseguir passar pelas crises mundiais que vêm acontecendo. O Brasil passou pela crise mundial de 2008 sem muitos problemas e abalos, assim como vem enfrentando esta nova crise, que está afetando principalmente a União Europeia.

2.1.2 Meio ambiente

O Brasil é um país rico em recursos naturais, país com uma fauna e uma flora riquíssimas, além de abrigar a maior extensão da maior floresta do mundo, a Amazônica, e possuir uma vasta rede fluvial.

Entretanto, tanta riqueza está muito mal protegida pelas leis ambientais brasileiras. O país possui um arcabouço jurídico muito sofisticado, uma das legislações ambientais mais modernas do mundo, mas falho em vários pontos: o

direito penal ambiental tem uma regulamentação completa mas falta juízes especializados no assunto, com isso ele não funciona como deveria; a lei de biossegurança é ruim (conta com uma miscelânea de temas, linguagem legislativa ambígua e confusa, e o conteúdo da lei por si só dá margem a várias interpretações); existem muitos problemas de monitoramento e fiscalização: podemos encontrar parques com milhares de quilômetros de extensão, sendo fiscalizados por apenas uma pessoa, na maioria das vezes sem dispor de equipamentos e transportes ideais. Estes fatos demonstram a fragilidade das instituições ambientais brasileiras.

Em outros termos, temos leis muito interessantes, mas não sabemos como aplicá-las, elas não são cumpridas e muitas vezes não têm definição das penalidades ou estas não são aplicadas. Ou seja, o direito ambiental é extremamente inefetivo.

Por exemplo, foi publicado em 2011 no jornal O Estado de São Paulo uma reportagem relatando que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) consegue recolher menos de 1% das multas aplicadas por infrações ambientais. A maioria dessas autuações é referente a desmatamento, queimadas, dentre outros danos ambientais. A lentidão dos processos na justiça não colabora para efetivar o recolhimento dessas multas: os processos referentes a crimes ambientais são mais lentos, e por envolver quantias muito elevadas, são muitas vezes contestados. (VIALLI, 2011).

2.1.3 Política global

O país é um grande produtor e exportador de diversos alimentos, sendo uma potência agrícola, o que é um dos pilares para a segurança alimentar no mundo. No entanto, estudos do IBGE de 2006 mostraram que o Brasil apresenta insegurança alimentar em algumas regiões, principalmente nas regiões mais pobres do país, Norte e Nordeste, o que reforça a ideia de que existem dois países muito distintos dentro do Brasil: cada um vivendo uma realidade oposta.

Finalmente, o país ocupa cada vez mais um papel de destaque no cenário mundial, sendo um ator global na maior parte das questões ambientais, com grande influência nas opiniões e decisões que acontecem nas reuniões e conferências mundiais acerca do tema. O país nunca teve tanta capacidade de interlocução quanto

atualmente, e isso se deve não só ao seu crescimento econômico, produtivo e potencial, como já descrevemos, mas também à boa política externa e de vizinhança que o governo vem adotando desde 1990.

2.1.4 Institucional

O Brasil conta com várias instituições ambientais nacionais, são elas: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação, a Agência Nacional de Águas (ANA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a Associação Brasileira de Engenharia Ambiental (ABES), a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), contando também com varias instituições estaduais.

Apesar da grande quantidade de instituições para proteger o meio ambiente e aplicar as leis e as penalidades, as instituições brasileiras não são bem consolidadas e não funcionam como um sistema, além de faltar recursos e respeito.²

2.2 França

A França já foi uma superpotência, mas atualmente é uma potência média, mas ainda um dos pilares, juntamente com a Alemanha, da União Europeia (UE), e que até o momento tem feito o máximo para evitar que esta última seja dissolvida.

Desde 2008, com a primeira grande crise deste século, a União Europeia e, conseqüentemente, a França, vêm sofrendo recessões, PIB em queda, pacotes para ajuda a seus sistemas financeiros, dentre outras medidas.

Na crise de 2011, iniciada na Grécia e Portugal, seguidos por Espanha e Itália, a França foi atingida diretamente pois são países que têm ligações estritas

² Para mais informações acerca do assunto, sugerimos as leituras dos livros “Os 30 anos da política nacional do meio ambiente: conquistas e perspectivas”, organizado por Suzi Huff Theodoro, Editora Garamond, 2011; e “Código florestal: desafios e perspectivas”, das organizadoras: Solange Teles da Silva, Sandra Cureau, Márcia Leuzinger, Editora Fiuza, 2010.

com o País. A França, assim como os outros países integrantes da UE, teve que preparar pacotes de ajuda a esses países, para evitar a dissolução do maior bloco econômico e político do mundo.

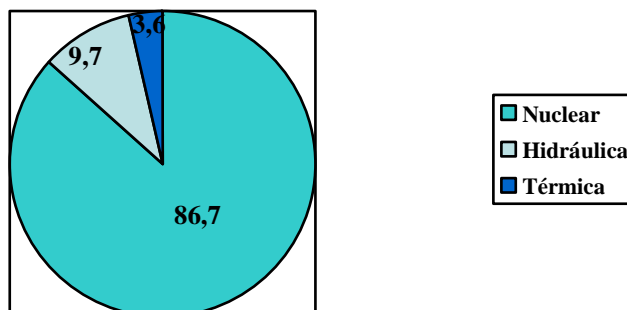
O euro sofreu frequentes desvalorizações, afetando a economia de vários países pelo mundo. A política francesa também foi afetada, com revoltas e greves da população insatisfeita com a política do governo Nicolas Sarkozy, com as medidas e cortes feitos por este. Somado a isto tudo, teve a Primavera Árabe, na qual a França se envolveu, mas não foi bem recebida pela população local, como foi o caso na Costa do Marfim, e também Líbia e Síria. Esse contexto abalou a política externa francesa de forma pontual mas significativa.

Apesar da crise, a França vem sobrevivendo como pode, e sua disparidade social, apesar de ter ficado mais acentuada com os cortes e medidas tomadas, ainda está controlada e condiz com o fato de ser a 5ª economia do mundo, apenas uma posição à frente do Brasil, mas ocupando a 20ª posição do ranking do IDH mundial, de acordo com o site do PNUD. Encontra-se atrás de alguns países vizinhos, como Noruega, Holanda, Alemanha, Bélgica, dentre outros. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010)

Em relação à renda per capita, em 2010 a França apresentou um PIB per capita de US\$ 33.100,00 dólares contra US\$ 10.814,00 dólares para o Brasil. O que significa uma renda per capita mais de 3 vezes maior, para um país mais de 12 vezes menor em extensão territorial (a França conta com 674.843 km² de extensão, contando com territórios e departamentos ultramarinos) e com uma população total quase 3 vezes menor (o país conta com 67.314.068 milhões de habitantes).

Diferentemente do Brasil, a matriz energética francesa é, predominantemente, à base nuclear. Conforme o gráfico abaixo, a principal empresa produtora de energia na França, a Électricité de France (EDF) mostra que, em 2010, mais de ¾ de sua produção energética era nuclear. O país tem tentado aumentar sua produção e o abastecimento por energia hidráulica, somando-a à energia nuclear para estimular a produção de energia renovável. Porém, como o país não dispõe de uma rede fluvial tão rica quanto a do Brasil, a energia nuclear continua sendo a principal fonte de investimento e estrutura da matriz energética. A tecnologia nuclear francesa é uma das mais desenvolvidas no mundo.

Produção de energia EDF na França metropolitana
(em %)



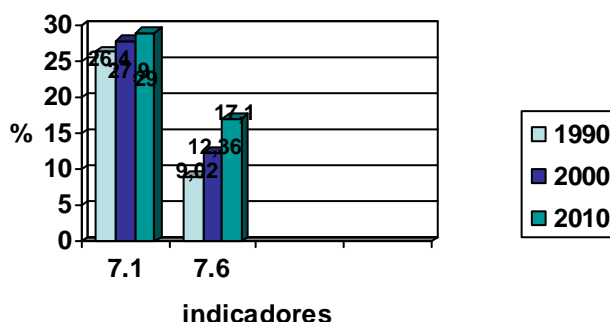
Fonte: EDF 2010

A França também assumiu um compromisso para melhoria das 8 metas dos ODM até o ano de 2015. Ela vem se empenhando bastante em melhorar as metas e seus indicadores, e direcionou sua atenção principalmente na cooperação internacional de combate às doenças, mas sem esquecer as outras metas e investindo principalmente em cooperações internacionais e bilaterais. Segundo o país, o consenso mundial em trabalhar para melhorar os ODMs avançou muito na aproximação do desenvolvimento.

Segundo um artigo publicado no site do Ministério das Relações Exteriores e Europeias da República francesa, além de querer atingir todos os 18 indicadores dos ODMs, o país pretende desenvolver três missões: sensibilizar a comunidade internacional, mobilizar a comunidade de investidores e patrocinadores, e avaliar e seguir os resultados. Para o país, tão importante quanto alcançar as metas e os indicadores, é promover políticas públicas capazes de manter e desenvolver todos os objetivos atingidos para além de 2015, para o bem da sociedade francesa e comunidade internacional, além de estreitar os laços com os outros países e estimular a cooperação internacional (MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES ET EUROPÉENNES, 2010).

Em relação aos indicadores que vamos analisar, podemos concluir do gráfico abaixo que, ao contrário do Brasil, a França aumentou a porcentagem da sua área coberta por floresta (indicador 7.1), assim como a porcentagem do seu indicador 7.6.

Evolução dos ODM



Fonte: Site do PNUD (última atualização: 22 de julho de 2011)

Quanto aos outros indicadores mencionados, mas que não aparecem no gráfico, o país diminuiu levemente suas emissões de gás carbono (indicador 7.2), emitindo 7.0163 mil toneladas em 1990 e 6.0737 mil toneladas em 2010.

Em relação ao item 7.3, a França teve um aumento no consumo de substâncias que empobrecem a camada de ozônio, contudo teve melhora em quase todos os outros indicadores, o que mostra que esse compromisso dos ODM, ligado às suas políticas públicas ambientais, vêm dando resultados positivos.

2.2.1 Economia

A França ocupa a 5ª posição no ranking da economia mundial, uma à frente do Brasil. Entretanto, apesar da boa posição e de um bom IDH, como mencionado anteriormente, a economia francesa encontra-se desaquecida, principalmente devido à crise que aumentou a taxa de desemprego, especialmente entre os jovens, o que vem causando ondas de protestos cada vez maiores, insegurança e instabilidade econômica e institucional.

Apesar de várias iniciativas, desde a primeira grande crise em 2008, para tentar conter a crise que adentrou a Europa e a França, o governo até conseguiu minimizar consequências muito devastadoras na economia, mas de fato o que mais sofreu impacto foi o desemprego.

A França tem uma dívida pública muito alta, e está tentando ao mesmo tempo ajudar a Grécia com um pacote de medidas para tirá-la da crise. Mas, um país que está afundando, tem que pensar mais em si, pois não tem tantas condições de ajudar outros que já praticamente afundaram. A agência que dá nota aos países, a Fitch Ratings, manteve a nota triplo 'A' da França, mas rebaixou-a de país "estável" para "negativo", o que implica dizer que, normalmente, dentro de uns dois anos, a França deve ter sua nota diminuída.

Em meio a eleições presidenciais na primavera de 2012, e com a aproximação da Rio+20, a França tenta medidas para conseguir afastar a crise e o desemprego crescente entre seus jovens, mantendo suas políticas públicas para o desenvolvimento social e o meio ambiente na medida do possível.

2.2.2 Meio ambiente

Os recursos naturais são bem protegidos, pois apesar da legislação ambiental não ser considerada uma das mais modernas do mundo como a do Brasil, ela é efetiva e garante proteção aos seus bens. A legislação ambiental francesa é bem completa, o que assegura essa proteção, mas, em contrapartida, possui algumas lacunas que ainda devem ser trabalhadas: por exemplo, o fato de não quererem tratar dos transgênicos, de se os proibirem por meio de moratórias sem uma lei adequada.

A França atravessou uma crise de cunho ambiental em 2007, o que levou o governo do Presidente Nicolas Sarkozy a adotar o Grenelle Meio Ambiente, que constitui uma união do Estado e dos representantes da sociedade civil em prol do meio ambiente, definindo um plano de conduta de todos e tentando quebrar a ideia de que na política francesa sempre o alto poder que decide³. Foi a primeira vez que a França fez o que sempre se faz no Brasil: colocou lado a lado em uma mesa redonda para discussão, membros das administrações públicas, parlamentares, instituições, sociedade civil como um todo, para discutir quais seriam as melhores medidas a serem tomadas para integrar no meio ambiente todos os setores: transportes, habitação, ecologia; o que eles chamam de democracia participativa. Juntamente com a adoção do Grenelle, criou-se um novo Ministério no ano de 2007, abrangendo

³ Disponível no site: <http://www.legrenelle-environnement.fr/>

todos esses setores e que passou a ter mais força: o Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transportes e Habitação.

Vale lembrar que os textos aplicados nas políticas públicas ambientais na França são tanto nacionais como comunitários.

2.2.3 Política global

A França é considerada a maior potência agrícola da Europa. No entanto, diferentemente do Brasil que é uma potência em termos de quantidade de produtos produzidos, a França é considerada uma potência na qualidade e variedade de seus produtos, haja vista que possui uma tecnologia agrícola muito avançada.

O Brasil tem por objetivo produzir em grande quantidade para exportar, nem sempre pensando na qualidade do seu produto, exemplo disso é o uso indevido de pesticidas e a produção transgênica misturada com as demais. Já a França não tem essa visão de exportação. A agricultura é vista, primeiramente, como uma atividade econômica, como subsistência para as famílias (desde o fim da II Guerra Mundial, quando a França importava seus produtos, ela decidiu passar a produzir para estimular sua segurança alimentar). Em segundo lugar, é também uma atividade socioeconômica muito importante, que visa desenvolver o território, seja ele produtivo ou não, assim como investir e dar condições de produção a pequenos produtores.

A produção agrícola francesa não é vista apenas como produtos de valor, tem por base guardar sua essência, seus costumes e valores. A política agrícola consiste em manter as produções espalhadas pelo país, mesmo que estas não sejam eficazes e produtivas, mas as mantêm para poder ordenar o território e investir nele.

As recentes eleições presidenciais deixam assegurar que os impactos da atual crise econômica e financeira serão visíveis na Rio+20: o EELV (na sigla em francês, Europa Ecologia os Verdes – o Partido Verde francês) só obteve 2,31% dos votos com a candidata Eva Joly, ou seja, não terá praticamente nenhum peso no jogo político a partir de 2012.

A política agrícola da França na verdade é comunitária, o que quer dizer, é europeia. Com isso, ela deve seguir a lei aplicada para a Comunidade Europeia, mas

dentro dessa lei tem algumas opções que pode seguir. E, no caso, ela escolheu investir em seus produtores, sejam eles grandes ou pequenos, competitivos ou não.

O país se serve também do que eles chamam de “indicações geográficas” (IG), o que quer dizer que, por exemplo, os vinhos produzidos na região de Bordeaux, devem seguir algumas regras e critérios para serem classificados como vinhos daquela região. O sistema A.O.C. (Appellation d’origine contrôlée, correspondente a Denominação de Origem Controlada – DOC, em português) que permite monopólios de mercados e sistema que “sugeriram” na União Europeia: AOP (Appellation d’origine protégée, em português denominação de origem protegida) e as IG. Assim, quando o consumidor vai ao supermercado e compra um vinho de Bordeaux, ele tem a garantia de que esse vinho é realmente proveniente daquela região e que segue rigorosos critérios, portanto o gosto e a qualidade serão os que ele procura ao comprar um vinho destes. A mesma coisa vale para patês, queijos, frangos, carnes, etc.

O governo procura também incentivar os jovens a manterem as produções familiares, dando gratificações e investindo para que tenham acesso às condições necessárias para produzir e vender.

Quanto à vigilância sanitária francesa, segundo um relatório da Direção Geral da Alimentação do Ministério da Agricultura, Alimentação, Pesca, Ruralidade e da Gestão do Território, adota-se a ideia “du champs à l’assiette”, que literalmente quer dizer “desde o campo até o prato”. Ou seja, eles têm o cuidado de acompanhar todas as etapas de produção do alimento, seja ela qual for, desde o plantio, no campo, até o momento de ser disponibilizado ao consumidor final, nos mercados e hipermercados. Eles controlam os produtores, transformadores e distribuidores, assim como os estabelecimentos de todas as etapas, inclusive armazenamento. Eles adaptam constantemente a regulamentação para poderem se adequar às constantes evoluções técnicas e científicas, no campo sanitário e da sociedade (MINISTÈRE DE L’AGRICULTURE, DE L’ALIMENTATION, DE LA PÊCHE, DE LA RURALITÉ ET DE L’AMÉNAGEMENT DU TERRITOIRE, 2012). Naturalmente, um controle tão rigoroso engendra diversos problemas, mas este não é o foco da pesquisa.

2.2.4 Institucional

As instituições ambientais francesas são mais consolidadas e defendem, em sua grande maioria, o desenvolvimento sustentável. Entretanto, assim como no Brasil, também ocorre competição pelo poder entre os ministérios e as instituições que dependem do poder público.

Algumas das instituições ambientais francesas: Ministério da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transportes e Habitação, Agência de Meio Ambiente e de Domínio da Eletricidade (ADEME), Agências de Água, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANSES), Conservatório do Litoral (CELRL), Instituto Francês de Pesquisa para a Exploração do Mar (IFREMER), Instituto de Radioproteção e de Segurança Nuclear (IRSN), Instituto Nacional de Meio Ambiente Industrial e dos Riscos (INERIS), Escritório Nacional da Caça e da Fauna Selvagem (ONCFS), Escritório Nacional da Água e dos Meios aquáticos (ONEMA), Escritório Nacional das Florestas (ONF), Serviço da Observação e das Estatísticas (SOeS).

3 PRIMEIRO DESAFIO GLOBAL: CLIMA

O mundo já acompanhou três Conferências globais para o meio ambiente: a primeira em 1972, a Conferência de Estocolmo; a segunda em 1992, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ou Cúpula da Terra, como ficou conhecida), no Rio de Janeiro; e a terceira em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo. Estamos nos aproximando da quarta Conferência, 20 anos depois da Conferência no Rio de Janeiro: a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20 como vem sendo chamada, quando será o momento dos governos dos países do mundo se reunirem para verem em que ponto estamos desde a última conferência, o quanto avançamos e o quanto ainda precisamos avançar, de acordo com os textos assinados durante a Cúpula de Joanesburgo.

A Conferência de Rio+20 não vai tratar, pelo menos não de forma direta, dos desafios globais clima e biodiversidade; seu tema central será o desenvolvimento sustentável. Entretanto, atualmente, todos os assuntos ligados a meio ambiente estão de certa forma interconectados, e todos são importantes para o desenvolvimento sustentável. Portanto, é difícil falar de clima sem abordar o desenvolvimento sustentável e vice-versa. Assim como, por vezes, fica difícil separar os temas: clima, biodiversidade, florestas, etc. O cuidado com um acaba tendo benefícios para o outro, do mesmo jeito que o desrespeito pelos compromissos com um “subtema” ambiental, pode ter também consequências negativas em outro aspecto ambiental. Podemos mesmo afirmar que com o desenvolvimento sustentável, obteremos melhores índices para combater a mudança do clima.

As Conferências constituem visões e políticas aceitáveis pelos Estados, desejos e aspirações de vários atores (sociedade civil, ONGs, etc). Estas Conferências serviram para acompanhar o caminho que foi feito por cada país, em que ponto estão os Tratados assinados, desenvolver as várias áreas setoriais e estimular a ligação de vários setores, além de checar que os países realmente honraram os compromissos assumidos.

Em se tratando de clima, o Tratado mais importante resultante da Conferência da Terra no Rio de Janeiro, foi a Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), que tanto a França quanto o Brasil assinaram e apoiam, e querem ver fortalecido. Esta Convenção tem a intenção de estabilizar as emissões globais. O clima é visto como um recurso comum em que a responsabilidade por este cabe aos Estados, de acordo com a Convenção. Além dos esforços citados acima, os países deveriam também adotar políticas nacionais para combater as mudanças climáticas.

Em relação ao desmatamento e à emissão de GEE, normalmente os países industrializados conseguem conter melhor as emissões por desmatamento porque controlam as atividades e punem os queimadores, o que não é o caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, que ainda tem um alto índice de desflorestamento. No caso brasileiro, nada justifica o desflorestamento descontrolado, a não ser a impunidade.

A questão das emissões de GEE permanece um assunto delicado, mesmo com a ratificação do Protocolo de Quioto em 2005 pela maior parte dos países (Estados Unidos segue sem ratificá-lo), pois o princípio básico do Protocolo é a responsabilidade comum porém diferenciada. Isto significa que os países desenvolvidos (que fazem Parte do Anexo I do Protocolo, caso da França) por terem contribuído mais, historicamente, nas emissões de GEE têm a obrigação de reduzir suas emissões, enquanto os países que não fazem parte deste anexo (caso do Brasil), podem aderir ao Protocolo mas não têm esta obrigação⁴. Segundo Corrêa do Lago (2007), os países desenvolvidos defendem que o aquecimento global é resultante da ação da humanidade como um todo, por isso todas as nações deveriam participar igualmente da diminuição dos gases de efeito estufa. Ainda segundo o autor, na Conferência do Rio de 1992, o Brasil deixou de ver a preservação ambiental como uma ameaça de ingerência internacional e passou a integrá-la como tema da sua agenda.

Em Joanesburgo, Corrêa do Lago (2007, p. 208) afirma que o Brasil defendeu a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, mas “[...] insistiu, também, no cumprimento dos compromissos assumidos na própria Convenção pelos países ricos

⁴ No dia 12 de dezembro de 2011, o Canadá abandonou o Protocolo de Quioto alegando que medidas exigidas no acordo paralisariam a economia. Outros países ameaçam fazer o mesmo.

– que independem da entrada do Protocolo em vigor – de diminuir suas emissões e de ‘take the lead’ no combate à mudança do clima”.

No que tange os países emergentes como o Brasil, o único mecanismo de flexibilidade do Protocolo a implica-los é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Conforme descreve o site do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad), através da cooperação, seja em um projeto energético ou florestal, os países do sul podem vender seus créditos de carbono aos países do norte. Estes créditos representam a diminuição das emissões de GEE com o projeto ou até a absorção do carbono. Até abril de 2010, o Brasil ocupava o terceiro lugar em número de projetos, com 445 projetos (8% do total), atrás apenas de China e Índia, primeiro e segundo lugares respectivamente. (INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA)

Segundo Corrêa do Lago (2007), o Brasil esperava ter muitos benefícios com este programa, obtendo recursos financeiros para projetos de desenvolvimento sustentável e servir como incentivo para um maior conhecimento científico e tecnológico. E ele acabou por ter. Além do mais, Corrêa do Lago afirmou também que o Brasil acreditava que este Mecanismo seria uma forma de mostrar que realmente os países ricos precisam mudar seus níveis de consumo e produção, para que o combate ao aquecimento climático seja efetivo. Mas isto não aconteceu e hoje o Protocolo está caminhando para o fracasso.

Ana Flávia Barros-Plataiu (in Le Prestre, 2011) critica o Brasil nas convenções, pois acredita que ele deve deixar a “responsabilidade histórica” como pretexto para a inação e adotar uma postura ativa. Esta afirmação corrobora o que já foi mencionado anteriormente: o Brasil é um global player ambiental, tem muita voz nas Conferências e reuniões mundiais, mas suas ações internas não condizem com seu discurso internacional. Além disso, o Brasil está entre os maiores emissores da atualidade e tem sérios focos de vulnerabilidade.

Em contrapartida, embora a França faça parte dos países desenvolvidos que acreditam que a participação na redução de GEE deva ser igualitária, ela se comprometeu a continuar com os esforços na luta contra a mudança climática, independente do Protocolo de Quito e mesmo depois que seu primeiro período de compromisso chegue ao fim, segundo Le Prestre (2005).

Conforme vimos no Capítulo 1, a França diminuiu, nos últimos 20 anos, o indicador 7.2 dos ODM, referente à emissão de gás carbônico per capita, além de ser um dos países que menos emite GEE entre os países industrializados. Esses bons resultados se devem, principalmente, por uma característica também apresentada no perfil da França, no mesmo capítulo: sua matriz energética, que quase não usa gás ou carbono, sendo em sua maioria de origem nuclear. Enquanto que o Brasil, que cobra comprometimento dos países desenvolvidos e também tem uma matriz energética limpa, aumentou sua taxa de emissão, principalmente devido ao desflorestamento, a qual passou de 208887,0 mil toneladas métricas de emissão de CO2 em 1990 para 393220,0 mil toneladas métricas em 2008, segundo dados do Carbon Dioxide Information Analysis Center (CDIAC).

As Convenções sozinhas não são suficientes para trazer resultados satisfatoriamente eficazes para mitigar as emissões de GEE na atmosfera. Veremos abaixo, no quadro comparativo, que a França passou a adotar, em 2007, o Grenelle Meio Ambiente, que a fez fixar objetivos ambiciosos em termo de redução de GEE, mas que acabou não surtindo o efeito que todos esperavam, como anunciado em seu início. Apesar disso, a França tem bons índices de diminuição de emissões de gases, o que resulta dizer que é devido a suas várias políticas e programas implantados, não apenas o Grenelle.

O quadro abaixo apresenta políticas, programas, planos, compromissos, mais importantes adotados por Brasil e França desde 1992, ano da Conferência no Rio de Janeiro.

BRASIL	FRANÇA
POLÍTICAS	
Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n° 12.187, de 29 de dezembro de 2009) - Formaliza o compromisso do País de reduzir entre 36,1% e 38,9% a emissão de CO2 até 2020, assumido na Conferência das Partes (COP-15) em Copenhague.	Adoção do código do meio ambiente (2000) – Textos jurídicos relativos ao direito do meio ambiente
	Lei POPE (2005) – Programa fixando as orientações da política energética
	Diretiva 2006/32/CE de 5 de abril de 2006 relativa à eficiência energética nos

	usos finais e nos serviços energéticos (diretiva ESD) – Ela fixou, para cada país europeu, um objetivo indicativo de economia de energia até 2016 (União Europeia)
	Lei Grenelle 1 (3 de agosto de 2009) – Firma os compromissos do Grenelle Meio Ambiente
	Lei Grenelle 2 (12 de julho de 2010) – 248 artigos adotados tendo por objetivo a implementação concreta do Grenelle: reduzir o consumo de energia e a quantidade de carbono na produção
PLANOS	
Plano Nacional sobre Mudança do Clima (2008) – Metas voluntárias para diminuição das emissões dos GEE, com compromissos até 2015, 2020 e 2030	Plano Nacional Habitat – Construção Desenvolvimento Sustentável (França, 2002) - Incentivar o desenvolvimento sustentável na construção, além de tentar economizar energia para combater o efeito estufa
	Plano Clima 2004-2012 (França) – Ações para evitar a mudança climática
	Adoção do pacote energia-clima pelo Conselho Europeu, plano de combate às mudanças climáticas para o período de 2013-2020 (12 de dezembro de 2008)
	Planos nacionais de ação em matéria de eficiência energética (PNAEE) – A diretiva ESD (citada acima) pede aos Estados membros elaborar e atualizar um plano de ação em matéria de eficiência energética. A França transmitiu seu primeiro plano à Comissão Europeia em 2008 e o segundo em 2011.
PROGRAMAS	
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) (2002) - objetivo de desenvolver fontes alternativas e renováveis de energia para a produção de eletricidade, levando em conta características e potencialidades regionais e locais e investindo na redução de emissões de gases de efeito estufa.	Adoção de um programa nacional de combate às mudanças climáticas que prevê uma centena de medidas a fim de levar em 2010 suas emissões de gases de efeito estufa ao mesmo nível de 1990 (Janeiro de 2000)
Programa Luz para Todos (2003) - o desafio de acabar com a exclusão elétrica no País até 2008. Devido ao sucesso, foi expandido para até 2010.	Programa Nacional de Melhoria da Eficiência Energética - PNAEE (França, 2000) – proposta de agir nos transportes, para implementar planos de

	deslocamentos urbanos
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (2004) - regulamenta a produção e a distribuição do biodiesel brasileiro, produzido com oleaginosas	Programa Europeu sobre a Mudança Climática – PECC (2000 – União Europeia) – O programa tem por objetivo permitir às partes interessadas de participar dos planos e medidas a serem preparados para evitar a mudança climática
	Programa Nacional de Luta contra a Mudança Climática – PNLCC (França, 2000) – programa de ajuda para honrar os compromissos assumidos
	Programa de redução das emissões que engloba o conjunto dos setores (indústria, transportes, construção, agricultura) e atinge diferentes áreas: técnica (combustíveis, tecnologia dos motores, veículos a gás, veículos elétricos, redução das emissões na indústria...), organizacional (planos de deslocamentos urbanos, urbanismo...), fiscal. (junho de 2003)
PROTOCOLOS, COMPROMISSOS, ESTRATÉGIAS E NORMAS	
Em 2009, um pouco antes da COP-15, o Brasil assume, como um tipo de “compromisso voluntário”, metas de combate ao desmatamento	Enquanto União Europeia, a França se comprometeu, no plano internacional, dentro do quadro do Protocolo de Gotemburgo (assinado em 1999, entrou em vigor em 2005) – consiste em fazer os países signatários respeitarem os tetos de emissões para emitir os impactos da poluição atmosférica na saúde e no meio ambiente
	Grenelle Meio Ambiente (2007) – Estado, coletividades locais, empresas, sindicatos, ONG e o grande público se reúnem para definir objetivos setoriais ambiciosos
COMUM A BRASIL E FRANÇA	
Na Rio-92, Brasil e França assinaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Brasil e França ratificaram em 1994	
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), é o único mecanismo do Protocolo de Quioto que implica os países do sul.	
Tanto o Brasil quanto a França ratificaram o Protocolo de Quioto. A França ratificou em 31 de maio de 2002, juntamente com os outros países europeus, ratificaram enquanto União Europeia. Já o Brasil ratificou em 23 de agosto de 2002.	
Ambos são signatários do Protocolo de Montreal, 22 de setembro de 2007 – eliminação das substâncias químicas que empobrecem a camada de ozônio	

O REDD (Redução das Emissões por Desmatamento ou Degradação de florestas) foi adotado na COP-13 em 2007, para diminuir as emissões de GEEs. Na COP-15, em 2009, passou a se chamar REDD+, somando ao conceito conservação, manejo sustentável das florestas e aumento de seus estoques em países em desenvolvimento

É importante lembrar que a França possui políticas tanto no âmbito nacional, quanto comunitária, o que quer dizer políticas europeias. Com isso, a França tem o grande desafio de construir consenso entre as forças políticas domésticas e depois as europeias, o que exige um enorme esforço político. Ao contrário, o Brasil nunca conseguiu fazer nada semelhante (não há governança regional) e, provavelmente, nenhum país sul-americano faria isso.

Podemos observar que tanto Brasil quanto a França são signatários (e ratificaram) os mais importantes compromissos das duas últimas décadas: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Protocolo de Quioto. O que vemos também é que apesar dos vários programas, projetos e políticas e do Brasil ter defendido as metas e objetivos ao longo das Conferências mundiais, ele não conseguiu atingir tudo que defendeu e cobrou; diferentemente da França que foi um dos países mais ativos dentre os desenvolvidos, principalmente dentro da União Europeia.

É difícil comparar diretamente e determinar qual é a lei, projeto ou programa francês correspondente ao brasileiro, principalmente porque cada país e cada região tomam suas medidas e determinam compromissos de acordo com suas necessidades. Por exemplo, um dos maiores problemas do Brasil em relação à emissão de gases de efeito estufa é o desmatamento, portanto ele deve ter mais medidas nesta área. Enquanto que a França, que está diretamente implicada no Protocolo de Quioto, deve se preocupar com estes outros tipos de compromissos. Mas mesmo assim, é possível achar metas parecidas, como por exemplo, ambos adotaram um plano clima, mesmo que com datas de alcance diferente.

Luterbacher (2011) diz que apesar dos objetivos do Protocolo de Quioto terem sido juridicamente atingidos, ele não conseguiu diminuir, de maneira significativa e efetiva, a emissão dos GEEs em escala global. Isto pode ser explicado principalmente porque, como já mencionamos anteriormente, o Protocolo impõe metas de redução aos países desenvolvidos, mas não aos países emergentes, sendo

que entre os países industrializados, o mais importante deles não ratificou o Protocolo: os Estados Unidos. Além do mais, Luterbacher também afirma que apenas a União Europeia fez realmente esforços para reduzir as emissões, entre os países desenvolvidos, tendo grande participação da França nos esforços para diminuir as emissões tanto do país, como globais. Enquanto que o Brasil fez o que lhe era cabível, mas não fez o suficiente: diminuir o desflorestamento e as emissões com as queimadas e degradação florestal.

Outra conclusão à qual se pode chegar é que, como é o caso do Brasil, muitas vezes os discursos feitos nas reuniões mundiais, não são os mesmos adotados internamente no país. Quando interesses internos sobrepõem o que foi acordado, os compromissos assumidos não podem ser atingidos.

Enquanto a França segue cumprindo com seus compromissos de mitigar os GEE, Luterbacher (2011) conclui que são necessários grandes esforços para incentivar os países emergentes, no caso aqui o Brasil, para evitar o desflorestamento e incentivar novas práticas agrícolas, e que só assim será possível reduzir globalmente e internamente as consequências prejudiciais das mudanças climáticas. Principalmente porque os países em desenvolvimento são os que mais sofrem com estas mudanças, especialmente os que têm na agricultura uma de suas fontes econômicas.

Desde a Conferência da Rio-92, houve muitas mudanças, erros e acertos. Até então, o tema da mudança climática era um desafio novo para os países do mundo. Atualmente, já faz parte da preocupação de todos. Contudo, não há mais tempo para tentativas ou falsas promessas. Vinte anos se passaram, mas em momento algum a mudança no clima esperou que nos adaptássemos. Os países precisam adquirir consciência ambiental, não só nas Conferências, mas principalmente fora delas.

Tanto França quanto Brasil precisam cobrar dos seus atores internos o que cobram dos outros países: ação. Todos estes projetos, programas e políticas precisam tornar-se de fato efetivos. Não precisam de renovação, os que já existem precisam ser adaptados às realidades e colocados em prática, para que ambos os países consigam atingir todos os compromissos feitos.

4 SEGUNDO DESAFIO GLOBAL: BIODIVERSIDADE

Como mencionado no capítulo anterior, desde a Rio+92 o tema do desenvolvimento é destaque nas conferências, por vezes associado a outros temas. Na Rio+20, o desenvolvimento sustentável será o ator principal, como já mencionamos. Mas, mais uma vez, não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem mencionar biodiversidade, sua preservação e proteção.

Conforme afirma o Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20

[...] os temas de biodiversidade devem ser tratados no contexto do desenvolvimento sustentável. A conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados são medidas intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento sustentável. Os índices recentes da perda de biodiversidade do planeta revelam a importância desse tema para todos os países (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011).

Consequentemente, o tema biodiversidade será inevitavelmente abordado, em algum momento da Conferência. Especialmente porque, como citado acima, houve perda de biodiversidade no âmbito global, o que mostra que os países não vêm cumprindo os compromissos assumidos em Conferências anteriores. Como é o caso da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assinada em 1992 durante a Rio-92 por 175 países. No entanto, 168 países ratificaram esse tratado multilateral (União Europeia em 1993, e o Brasil em 1994), sendo que os Estados Unidos, dentre outros países, não o ratificaram e, portanto, não precisam cumprir suas determinações.

Contudo, não se pode culpar apenas esses países pela perda de biodiversidade, pois países como o Brasil, por exemplo, que além de assinarem também ratificaram a Convenção, não cumpriram com as metas estabelecidas. Já a França conseguiu diminuir a perda de sua biodiversidade.

O Brasil é um dos países que abriga a maior parte da biodiversidade do planeta, portanto deveria priorizar a responsabilidade de cuidar dela, o que é uma das respostas para o desafio do desenvolvimento sustentável. Normalmente, um país

exporta o que produz. No caso do Brasil, o que vemos acontecer com frequência é um diálogo de defesa dos interesses globais, cobrando responsabilidade dos países desenvolvidos, mas responsabilidade esta que não vemos acontecer no interior do país, como podemos perceber apenas pela análise dos dados já citados ao longo do texto. Por outro lado, a França que é um global player assim como o Brasil quando o assunto é a agenda ambiental, sabe fazer cobranças e sabe respeitá-las melhor do que o Brasil, não aplica um discurso diferente dentro e fora do seu país.

A França, por possuir um complexo de biodiversidade menor e menos completo do que o Brasil, já possui tudo catalogado, mas mesmo assim sua legislação está um pouco atrasada. O Brasil, por sua vez, possui um território imenso e uma das maiores riquezas em termos de biodiversidade, possui biomas que só existem aqui, espécies animais, além das comunidades indígenas. Com isso, o país ainda não tem tudo catalogado.

Convém dizer também, que levando em conta a proporção de biodiversidade em cada país, o Brasil está tentando controlar o desflorestamento e as emissões, mesmo se seu índice não diminuiu ao longo dos anos. Falta um pouco de pulso firme nas medidas adotadas e maiores sanções, para se conseguir o respeito a essas medidas. Considerando a área do Brasil e da França, pode ser compreensível (mas não necessariamente aceitável) que o Brasil enfrente mais dificuldades que a França para melhorar seus objetivos.

Como feito para o clima, apresentaremos algumas das políticas, programas, projetos, dentre outros, mais importantes na área de biodiversidade para Brasil e França.

BRASIL	FRANÇA
POLÍTICAS	
Política Nacional de Biodiversidade - PNB (2002) – política feita juntamente à sociedade, após várias consultas públicas, para conseguir colocar em prática os compromissos assumidos com a Convenção sobre Diversidade Biológica	O Grenelle Meio Ambiente vale igualmente para a biodiversidade
Lei da Mata Atlântica (2006) – disposições sobre proteção e utilização	

do Bioma natural da Mata Atlântica	
Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (2007) – fortalecimento das organizações destas populações, reconhecimento de seus direitos e maior inclusão, principalmente em programas governamentais	
Fundo Amazônia (2008) – consiste em captar recursos de doações voluntárias para prevenção e combate ao desmatamento e conservação e uso sustentável das florestas na Amazônia	
PROGRAMAS	
Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), sob a égide do Ministério do Meio Ambiente (1994) – visa a implementação da Convenção da Diversidade Biológica	Em 2011, a ex-Ministra da Ecologia, Desenvolvimento Sustentável, Transportes e Habitação, lançou os compromissos da França para 2011-2013
Programa de Pequenos Projetos – PPP (1994) – projetos de conservação ambiental patrocinados pelo GEF (Fundo para o Meio Ambiente Mundial), com participação do Banco Mundial, e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)	
Programa Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa (2000) – programa de proteção e promoção do desenvolvimento sustentável do Bioma Amazônia	
Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (PAN), lançado em 2008, em parceria com a cooperação alemã e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)	
PROJETOS	
Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio (2006) – auxílio técnico e financeiro na implementação do PRONABIO	Rede Natura 2000 (1992)– a União Europeia adotou este projeto de proteção de locais naturais ou seminaturais, levando em conta exigências econômicas, culturais, sociais, tudo dentro de um aspecto de desenvolvimento sustentável
Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II) - impulsionar a transformação dos modelos de produção,	

consumo e de ocupação do território nacional, envolvendo os setores de agricultura, ciência, pesca, florestas e saúde. – união dos setores público e privados para preservar a biodiversidade e incentiva o desenvolvimento sustentável	
PLANOS	
	Plano de ação dos pássaros do mar (União Europeia, 2010) – consiste em diminuir a captura acidental destes pássaros
ESTRATÉGIAS / DECLARAÇÕES	
	Em 2004, foi lançada uma estratégia nacional com a vontade de controlar a perda da biodiversidade até 2010, depois houve outra Estratégia Nacional para 2010/2011 e um último para 2011/2020
	Declaração de Paris sobre a Biodiversidade (2005)
COMUM A BRASIL E FRANÇA	
Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada em 1992 durante a Rio-92 e ratificada pela União Europeia em 1993 e pelo Brasil em 1994	
Tanto Brasil quanto França, ao final da Conferência da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, adotaram a Agenda 21 e a Declaração do Rio	
Protocolo de Cartagena, vigora desde 11 de setembro de 2003 e Brasil e França são signatários – consiste na preservação dos riscos dos transgênicos	
Criação de um Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (Universidade da Biodiversidade) (2008)	
Protocolo de Nagoya – assinado por Brasil e França em 2011: consiste em regulamentar o acesso aos recursos genéticos e instituir a divisão equitativa das vantagens obtidas com este	

Assim como aconteceu no quadro para o clima, percebemos aqui que cada país trabalha em projetos específicos para sua situação e os elementos que dispõe em sua biodiversidade. Em termos quantitativos, o Brasil possui mais iniciativas pois sua área a ser protegida e conversada é bem superior à da França. Percebemos também que, por exemplo, o Brasil possui iniciativas de trabalho para com as comunidades indígenas, o que não acontece na França, pois não é uma realidade social deles.

Por isso, mais uma vez não é possível indicar qual seria o correspondente de cada medida entre os dois países, por terem realidades ambientais distintas.

Ambos os países são signatários dos maiores tratados e protocolos multilaterais referentes à biodiversidade, assim como acontece com clima. Isto mostra o engajamento das duas partes em tentar frear o desgaste e depreciação ambiental no mundo, cada um tentando fazer sua parte, mas com abordagens distintas quando se trata de acesso.

A França, atualmente, tem se interessado mais por uma biodiversidade de gestão do território. Juntamente com o banco Caisse de Dépôts et Consignations (CDC), ela tem trabalhado em um sistema de compensações. Eles criaram o programa CDC Biodiversidade, que consiste em investir em soluções concretas e de preservação em construções de infraestrutura ou gestão urbana.

As Convenções não são suficientes para conseguirem respostas eficazes para se evitar a erosão da biodiversidade, como no caso do clima. Por isso, os programas e políticas lançados pelos dois países são tão importantes para ajudar neste processo.

O governo brasileiro precisa ser mais rígido ao cobrar dos responsáveis que cumpram com seus deveres, e punam os que desrespeitarem as medidas. O governo francês precisa continuar seu caminho para continuar melhorando seus índices, não só durante o período de validade dos Tratados, mas para além deles.

5 CONCLUSÃO

Podemos concluir ao longo do texto que nossa hipótese inicial estava correta: o Brasil é um país em ascensão, uma futura potência mundial, mas limitado em termos de política ambiental. Em contrapartida, a França passou a ser uma potência média, está no meio de uma crise e com uma economia desaquecida, mas possui políticas públicas ambientais muito mais eficazes e igualitárias. Assim, conforme os perfis apresentados no primeiro capítulo, vimos que a França consegue aplicar melhor suas políticas públicas, aplicar sanções. Além do que, o país precisa cumprir seus compromissos com as políticas europeias e nacionais, o que exige um esforço ainda maior do governo. Apesar de uma legislação ambiental considerada falha em alguns pontos, o país tem conseguido cumprir suas metas e tem contribuído até para os índices globais.

Mostramos também, como afirmado inicialmente na nossa hipótese, que a enorme desigualdade social no Brasil dificulta realmente a implementação homogênea e eficaz de políticas públicas no país; a retenção de renda por uma minoria rica, as altas taxas tributárias e um alto índice de pobreza e corrupção tornam as medidas muitas vezes fracas e as pessoas passíveis de punição não cumprem com seus deveres, e não pagam o que devem. Com isso, as políticas, multas e regras se tornam cada vez mais banais e desrespeitadas, dificultando o país a atingir suas metas e objetivos, os quais ele cobra com rigor dos demais países nas Conferências mundiais.

O Brasil é um dos principais global players atuais, com uma das economias mais fortes, mas enquanto não melhorar o nível de vida da população, dificilmente conseguirá cumprir bem seus compromissos.

Desde 1992, ano da Rio-92, até os dias atuais, o mundo foi colocado face a novos desafios globais, desafios de um mundo globalizado, industrializado, dominado por máquinas e tecnologias avançadas. Frente a estes novos desafios, os países tiveram que se adaptar às consequências de seus atos e ações, e tiveram que aprender através de ações a lidar com eles, aplicando medidas para evitar desastres futuros. Vinte anos se passaram e com a aproximação de mais uma Conferência para se discutir o assunto, é chegado o momento de ações concretas, de discutir o que

foi feito e aplicar o que foi aprendido, sair das experiências para as efetivações de sucesso. Mas para isso, os países devem se unir, tanto em termos globais como regional.

Os desafios precisam de respostas: a mudança do clima e a destruição da biodiversidade nos dois países precisam ser combatidas. A Rio+20 acontecerá para se passar à ação, implementando as promessas que foram feitas nas outras Conferências, discutindo o que deve ser mudado para obter melhores resultados, melhorar o que já foi assinado, e não apresentar novos Tratados que levam tempo para entrarem em prática.

Finalmente, podemos dizer que apesar dos esforços, ainda há muito a ser feito para evitar as consequências negativas da mudança climática.

REFERÊNCIAS

ACTUALISATION du Plan Climat France 2004-2012. 2007. Disponível em: <<http://www.euractiv.fr/actualisation-plan-climat-france-2004-2012>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

ANEXO: Lista de países e territórios por área. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_e_territ%C3%B3rios_por_%C3%A1rea>. Acesso em: 15 nov. 2011.

ANEXO: Lista de países por população. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 nov. 2011.

ANEXO: Lista dos países signatários do Protocolo de Quioto. Wikipedia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_dos_pa%C3%ADses_signat%C3%A1rios_do_Protocolo_de_Quioto>. Acesso em: 08 fev. 2012.

BARROS, Ana Flávia Granja e. **O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas, país emergente?** Brasília: Textos para discussão CEPAL – IPEA, 2011. 54 p.

BRANT, Danielle. **A 5 anos dos ODM, Brasil atinge duas metas.** Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/administracao/reportagens/index.php?id01=3435&lay=apu>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL ocupa a 84ª posição entre 187 países em 2011. 02 nov. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/brasil-ocupa-84-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

BRASIL se consolida como sexta economia mundial. **Revista Exame**, 07 mar. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-cresce-2-7-em-2011-e-se-consolida-como-6a-economia-mundial>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. COP15. **Matriz Energética Limpa.** Disponível em: <<http://www.cop15.gov.br/pt-BR/indexe293.html?page=panorama/matriz-energetica-limpa>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

BRASIL. Fundo Amazônia. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt>. Acesso em: 02 mar. 2012.

BRASIL. Governo do Brasil. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/plano-nacional-sobre-mudanca-do-clima>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 17 mai. 2006. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=600>. Acesso em: 08 fev. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20**. Brasília, 2011. 37 p. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/rio20_propostabr_182.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Probio**. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=14>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade – Probio II**. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=221>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

CAISSE DES DÉPOTS. Disponível em:
<<http://www.caissedesdepots.fr/developpement-durable/innover-pour-lenvironnement/biodiversite.html>>. Acesso em 15 mar. 2012.

CANADÁ anuncia abandono do Protocolo de Kyoto. Disponível em:
<<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=370422>>. Acesso em 12 mar. 2012.

CASAL JUNIOR, Marcelo. Brasília faz 50 anos, o lixão completa 40. **ABES**, Rio de Janeiro, 22 abr. 2010. Disponível em: <http://www.abes-dn.org.br/AbesInforma/ABESInforma_N171.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

CUNHA, Helenice Rego. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos . Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011. **Disponível em**: <http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

DINIZ, Laura. **Programa de pequenos projetos faz 10 anos**. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 01 jun. 2004. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=403&lay=main>. Acesso em: 12 mar. 2012.

ECODESENVOLVIMENTO. **Brasil ratifica Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios**. 03 fev. 2011. Disponível em:
<<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/fevereiro/brasil-ratifica-protocolo-de-nagoya-sobre-acesso-e>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

ENTENDA o Protocolo de Kyoto. **Revista Época**. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT908417-1655,00.html>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

FRANÇA. Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie. **PNLCC (Programme national de lutte contre le changement climatique)**. Disponível em: <<http://www2.ademe.fr/servlet/KBaseShow?sort=-1&cid=96&m=3&catid=16123>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

FRANÇA. Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie. **Programme national d'amélioration de l'efficacité énergétique**. Disponível em: <<http://www.ademe.fr/htdocs/actualite/dossier/pgenergie.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

FRANÇA. Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement. **Mécanisme de Développement Propre**. Disponível em: <http://climat.cirad.fr/mecanisme_de_developpement_propre>. Acesso em: 02 mar. 2012.

FRANÇA. Comité français de l'Union internationale pour la conservation de la nature. **La France signe le protocole de Nagoya**. Disponível em: <<http://www.uicn.fr/protocole-Nagoya.html>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FRANÇA. Ministère de l'Agriculture, de l'Alimentation, de la Pêche, de la Ruralité et de l'Aménagement du territoire. **Du champ à l'assiette: Contrôles sanitaires de l'alimentation**. Paris: Direction générale de l'Alimentation, 2012. 12 p.

FRANÇA. Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement. **Politiques climat et efficacité énergétique: Synthèse des engagements et résultat de la France**. Disponível em: <http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/Climat_et_PNAEE-2.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FRANÇA. Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement. Disponível em: <<http://www.legrenelle-environnement.fr/>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

FRANÇA. Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement. **Plan d'action en faveur des oiseaux de mer**. 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.developpement-durable.gouv.fr/Plan-d-action-en-faveur-des.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FRANÇA. Ministère de l'Ecologie, du Développement durable, des Transports et du Logement. **La CITES**. 04 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.developpement-durable.gouv.fr/La-CITES,17748.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FRANÇA. Ministère des Affaires étrangères et européennes. **La France et les Objectifs du Millénaire pour le développement en 11 points**. Disponível em:

<[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/La France et les OMD en 11 points.pdf](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/La_France_et_les_OMD_en_11_points.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2012.

FRANÇA. Ministère des Affaires étrangères et européennes. **La France à la loupe: L'environnement en France**. Set. 2007. Disponível em: <<http://www.ambafrance-at.org/IMG/pdf/Environnement.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FRANÇA. Ministère des Affaires étrangères et européennes. **La protection de l'environnement**. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/france_829/territoire_19077/generalites_19095/protection-environnement_4726.html>. Acesso em: 02 mar. 2012.

FRANÇA. Ministère des Affaires étrangères et européennes. Paris: Direction générale de la mondialisation, du développement et des partenariats, 2010. Disponível em: <[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/La France et les OMD 2010 fr.pdf](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/La_France_et_les_OMD_2010_fr.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2012.

FRANÇA. Secrétariat d'État au logement. **Plan National Habitat – Construction, Développement durable**. 2002. Disponível em: <<http://www.tecsol.fr/articles/Documents/MinistereLogement.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

INSTITUTIONS françaises relatives à l'écologie et au développement durable. Disponível em: <[http://www.netguide.fr/Institutions Francaises Relatives A L Ecologie Et Au Developpement Durable/](http://www.netguide.fr/Institutions_Francaises_Relatives_A_L_Ecologie_Et_Au_Developpement_Durable/)>. Acesso em: 08 fev 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Como os países têm participado no MDL? Qual é o cenário brasileiro na participação do MDL?** Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/Como-os-paises-tem-participado-no-MDL-Qual-e-o-cenario-brasileiro-na-participacao-do-MDL-/25/15>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **O que é REDD e REDD+?** Disponível em: <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/abc/mudancaspergunta/O-que-e-REDD-e-REDD-/32/12>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Política de povos e comunidades tradicionais é lançada em meio a promessas e críticas. 2007. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2449>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2007. 274 p.

LANCEMENT du programme européen sur le changement climatique (PECC). 2007. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/environment/tackling_climate_change/128185_fr.htm>. Acesso em: 15 nov. 2011.

LE PRESTRE, Philippe. **Protection de l'environnement et relations internationales**: Les défis de l'écopolitique mondiale. Paris: Armand Colin, 2005. 476 p.

LE PRESTRE, Philippe (Org). **Vingt ans après**: Rio et l'avant-goût de l'avenir. Quebec: Presses de l'Université Laval, 2011. 265 p.

LE PROTOCOLE de Göteborg entre enfin en vigueur. 2005. Disponível em: <http://www.novethic.fr/novethic/planete/economie/reglementation/le_protocole_gotteborg_entre_enfin_en_vigueur/91557.jsp>. Acesso em: 02 mar. 2012.

NATIONS UNIS. **Indicateurs des Objectifs du Millénaire pour le développement**. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

PIB per capita teve expansão de 1,8% em 2011, mostra IBGE. **Gazeta Online**, 06 mar. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/03/noticias/minuto_a_minuto/nacional/1137335-pib-per-capita-teve-expansao-de-1-8-em-2011-mostra-ibge.html>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.programaarpa.org.br/en/institutional/about-us.html>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_7/>. Acesso em: 02 mar. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **ODM**: o que o Brasil já fez e o que falta fazer. Brasília, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/administracao/reportagens/index.php?id01=3439&lay=apu>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH 2010**. Nova York, 04 nov. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>. Acesso em: 08 fev. 2012.

RÉSEAU Natura 2000. Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/wiki/R%C3%A9seau_Natura_2000>. Acesso em: 02 mar. 2012.

RÉSULTAT de l'élection présidentielle 2012 au premier tour. Disponível em: <http://www.lexpress.fr/actualite/politique/resultat-de-l-election-presidentielle-2012-au-premier-tour_1107179.html>. Acesso em: 12 mar. 2012

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Política nacional da biodiversidade e Programa nacional da diversidade biológica (PRONABIO)**. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/pol%C3%ADticas/pol%C3%ADtica-nacional-da-biodiversidade-e-programa-nacional-da-diversidade-biol%C3%B3gica-pronabio>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **International Human Development Indicators**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

VIALLI, A. Relório mostra que menos de 1% das multas aplicadas pelo Ibama são pagas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,relatorio-mostra-que-menos-de-1-das-multas-aplicadas-pelo-ibama-sao-pagas,704547,0.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

VIDANGE du barrage de Roselend. Mar. 2011. Disponível em: <http://www.olivewhite.com/blog/wp-content/uploads/2011/03/DP_Vidange_de_Roselend-mars.pdf?bcsi_scan_1fe59ba8c561fa18=S0P5lATvvhS/Ex6vzzTezyrtliQWAAAygfUIw==:1&bcsi_scan_96404f7f6439614d=6vquqRddU85cnugikaUV0HoKq6cWAAAqPuHQ==&bcsi_scan_filename=DP_Vidange_de_Roselend-mars.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

VIEIRA, Christina. **Le très ambitieux programme de la France pour protéger la biodiversité**. 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.bioaddict.fr/article/le-tres-ambitieux-programme-de-la-france-pour-protoger-la-biodiversite-a1666p1.html>>. Acesso em: 15 nov. 2011.